

JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO III Nº 97 Rio de Janeiro, de 13 a 19 de setembro de 2005

Todo poder aos cidadãos



O poder do eleitor vai além do voto depositado nas urnas. Prova disso é que várias pessoas estão usando seus direitos para que boas idéias se tornem leis. O caminho para isto é o contato com os deputados estaduais. Seja através de e-mails, telefone, pessoalmente ou nas Comissões Permanentes da Casa, essas pessoas transformam uma observação ou experiência pessoal em possibilidade real de melho-

rar o dia-a-dia de todos os cidadãos do estado.

As propostas vêm de toda parte. Uma jovem mãe propôs a criação de creches em escolas estaduais que têm cursos noturnos. Um estudante foi autor da idéia inicial da Lei do Passe Livre. Um publicitário propôs um alerta ao uso dos isqueiros a gás, após ficar cego manuseando um desses artefatos. Estas e muitas outras idéias fazem parte do acervo de

leis e projetos apresentados pelos parlamentares da Casa, que não se furtam a agradecer a iniciativa dessas pessoas. “A maior parte das minhas leis surgiu de sugestões”, afirma o deputado Carlos Minc (PT). Estas e outras histórias mostram como pessoas comuns, que lutam pela cidadania e pelos direitos dos fluminenses, podem ajudar os parlamentares a exercer seus mandatos.

PÁGINAS 4 e 5

*Aprovada pensão
para parentes de
vítimas de chacinas*

PÁGINA 3

*Em debate:
quais os limites do
marketing político?*

PÁGINA 6

*Comissão analisa
contratos de empresas
públicas de lixo*

PÁGINA 7

Apitos e chuteiras juntos na Alerj

EX-JUIZ E EX-JOGADOR DE FUTEBOL, QUE HOJE EXERCEM FUNÇÕES NA CASA, COMPARTILHAM AMOR PELO ESPORTE

ÁLVARO SALLES

Muitas lembranças e histórias pitorescas sobre o esporte mais popular do País. As recordações sobre o tempo em que atuavam nas quatro linhas são tema recorrente em conversas com o motorista do deputado Geraldo Moreira (PSB), Jorge Souza, ou com o inspetor de segurança Jair de Souza, mais conhecido na Casa pelo apelido de *Vermelho*. Além de trabalharem na sede do Legislativo fluminense, a vida dos dois tem outro ponto em comum: a relação profissional com o futebol. Enquanto Jorge já foi juiz federado pela Fifa, Jair carrega no currículo passagens como jogador em clubes do Brasil e do exterior.

Apesar de atuarem em lados opostos nos gramados – um responsável pelo show com a bola, o outro pelas penalidades –, os dois dividem coincidências. Jorge e Jair contam que a paixão pelo futebol vem da infância, nos tempos dos campos de várzea. “Passei a infância jogando pelada. Vivia jogando bola com os outros garotos. Como não dispensava uma boa partida de futebol, joguei em praticamente todos os times de pelada que conhecia”, diz *Vermelho*, cujo apelido se sobrepõe ao nome em quase to-



Jorge Souza e Jair de Souza, o Vermelho: boas lembranças dos tempos dos gramados

dos os círculos que frequenta. O ex-jogador defendeu diversos clubes, entre 1959 e 1974: Bangu, Bonsucesso e Mandaguari, no Brasi; Espanhol e Barcelona, ambos da cidade de Guaiquil, no Equador – pelo último, foi vice-campeão do campeonato local, em 1962.

O afastamento dos campos não arrefeceu a paixão pelos gramados. Para o ex-juiz, a profissão ainda faz parte da sua vida. “Gosto de fazer e faço com todo prazer. Ainda hoje, quando sou solicitado, compareço sem o menor problema” diz Jorge, que aposentou os

cartões de penalidade em 1996, depois de apitar por 14 anos. Hoje, aos 54 anos e atrás do volante de um carro oficial, Jorge orgulha-se de seu filho mais jovem, Janilson de Souza, de 17, que começou a seguir o caminho do pai. O adolescente apita partidas de futebol feminino e de torneios juvenis. “É uma paixão de família”, reconhece. Ao contrário do colega, *Vermelho* afirma que pendurou as chuteiras de vez. Não as usa nem nos finais de semana. “Fico em casa, deitado no sofá, vendo filmes e curtindo meu neto”, afirma.

Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:
Heloneida Studart

2º Vice-presidente:
José Távora

3º Vice-presidente:
Pedro Fernandes

4º Vice-presidente:
Fábio Silva

1º Secretária:
Graça Matos

2º Secretário:
Léo Vivas

3º Secretário:
Marco Figueiredo

4º Secretária:
Aparecida Gama

1º Suplente:
Leandro Sampaio

2º Suplente:
Eliana Ribeiro

3º Suplente:
Nelson Gonçalves

4º Suplente:
Acáris ribeiro

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Geiza Rocha

Luciana Ferreira

Pedro Motta Lima

Estagiários:

Aline Fonte, Augusto Carazza,

Andréia Quelhas, Clarisse Bretas,

Dafne Capella, Franciane Lovati,

Rony Lima, Thayssa Plum

Diagramação:

Marcelo Frauches

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax:2533-6786

site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br

Rua Primeiro de Março s/nº sala 506 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

FRASES DA SEMANA

“Continuem vigilantes porque só assim esta Casa e o Poder Executivo poderão lhes fazer justiça, promovendo a desejada equiparação.”

André Corrêa (PPS), aos defensores públicos, durante votação de projeto que institui o benefício de permanência em atividade para a categoria



“A cada lugar que vamos somos chamados de ‘mensalão’ e perguntam quanto recebemos ‘por fora’. Digo sempre que esta é uma Casa séria.”

Coronel Rodrigues (PSC), sobre os efeitos da crise federal na vida dos parlamentares estaduais

“Se o Governo mandar mensagem incluindo esses casos, pedirei a palavra para cumprimentá-lo. Se isso for feito, retirarei as palavras que estou declarando.”

Alessandro Molon (PT), pedindo o envio de mensagem que amplie a concessão de pensão a parentes de vítimas de chacinas no estado do Rio

Reparação justa através das leis

DEPUTADOS APROVAM MENSAGEM QUE CONCEDE PENSÃO AOS PARENTES DAS VÍTIMAS DA CHACINA DA BAIXADA

Augusto Carazza

FERNANDA GALVÃO E PEDRO MOTTA LIMA

A tristeza de Elizabeth Medina Paulino completará dois anos no dia 6 de dezembro. A data marca o assassinato de seus dois filhos, Renan e Rafael, e de seu sobrinho, Bruno Muniz Paulino, mortos por policiais militares na casa de espetáculos Via Show, em Nova Iguaçu. Elizabeth faz parte do grupo de 34 pessoas que passarão a receber pensão por parte do Governo do estado. A medida foi determinada por mensagem do Executivo, aprovada em plenário no último dia 6. “Isso era o mínimo que o Estado poderia fazer. Cabia a nós, do Legislativo, prestar solidariedade a estas famílias, através da aprovação da mensagem”, disse o presidente da Casa, deputado Jorge Picciani (PMDB).

Para Elizabeth, a aprovação foi um alívio. “Não é um benefício, é uma retratação. O projeto é a prova de que conseguimos mostrar que nossos entes queridos eram inocentes, e foram mortos por maus policiais”, afirmou. O projeto aprovado determina que o benefício será concedido a parentes das vítimas das chacinas da Baixada Fluminense e da Via Show. As 25 emendas que chegaram a ser apresentadas foram rejeitadas, e prevaleceu a proposta original. “O Governo queria resolver rapidamente a situação destas famílias. Foram apresentadas emendas para aumentar o número de beneficiados e a Comissão de Direitos Humanos apresentou uma lista com o nome destas pessoas, que está sendo apreciada pelo Executivo. Uma nova mensagem beneficiando outras pessoas já está sendo elaborada”, disse o líder do Governo na Casa, deputado Noel de Carvalho (PMDB). “Esta aprovação foi uma obrigação para o Governo e uma vitória para as vítimas”, endossou o líder do PMDB, deputado Paulo Melo. A pensão concedida pela mensagem será paga até o ano em que a vítima completaria 65 anos, se fosse viva, ou até o falecimento do beneficiário. A exceção fica por conta do único sobrevivente da



Em reunião com parentes das vítimas, Molon, Jorge da Silva, Noel e Geraldo Moreira

Nova mensagem incluirá vítimas de outros crimes

Depois da aprovação do projeto, os deputados Noel de Carvalho (PMDB), Geraldo Moreira (PSB) e Alessandro Molon (PT), juntamente com o secretário estadual de Direitos Humanos, Jorge da Silva, reuniram-se com outras vítimas de violência por parte de agentes do estado. Jorge da Silva anunciou que a Secretaria de Direitos Humanos enviará outra lista de vítimas à governadora Rosinha Garotinho, para que ela mande uma nova mensagem à Assembléia contemplando esses novos casos.

A lista inclui 22 casos, entre eles

os das vítimas das chacinas do Borel, em 2003, do Maracanã, em 1998, e do Caju, em 2004. Diante das reclamações das vítimas não contempladas, o secretário Jorge da Silva argumentou que a secretaria não estava autorizada a incluir nomes que não fossem os das chacinas de Nova Iguaçu e Queimados. “O caso da Via Show foi incluído a pedido do procurador-geral do Estado, Francesco Conte”, ponderou. Os deputados garantiram o envio de outros casos ao procurador-geral, para a elaboração do novo projeto de lei.

chacina da Baixada Fluminense, que terá pensão vitalícia.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o deputado Geraldo Moreira (PSB), que apresentou algumas emendas em parceria com seu colega de comissão Alessandro Molon (PT), apoiou a rejeição às emendas. “A reivindicação é justa, mas se aprovássemos as emendas a lei poderia ser derrubada no Tribunal de Justiça, pois como se trata de um aumento de gastos do Executivo, a proposta tem que partir da governa-

dora”, explicou Moreira. Ainda assim, a comissão apresentou indicação legislativa estendendo a pensão a parentes e vítimas de outros crimes cometidos por policiais, como as chacinas do Borel e do Morro da Providência e o assassinato do chinês Chan Kim Chang, morto em 2003 no presídio Ary Franco. A proposta ainda será apreciada em plenário. Caso seja aprovada, será encaminhada à governadora Rosinha Garotinho, para que uma nova mensagem seja enviada para ser votada pelos parlamentares.

Parlamentares afirmam: não bas

Muitos projetos de lei nascem de sugestões de pessoas comuns

THAYSSA PLUM

Dados do Ministério da Saúde mostram que, em 2003, cerca de 33 mil recém-nascidos no Rio de Janeiro eram filhos de jovens que tinham entre 10 e 18 anos. A jovem Michelli Cristiane da Silva, hoje com 27 anos, não conhece os números desta estatística, mas sentiu na pele os efeitos de ser mãe cedo. Grávida pela primeira vez aos 18 anos, hoje com três filhos, Michelli abandonou a escola no 1º ano do Ensino Médio, por não ter com quem deixar seu bebê. Insatisfeita, ela e outras mães pensaram em como seria bom se uma lei criasse creches nas escolas que oferecem cursos noturnos. Casos como os de Michelli ajudam os parlamentares do Rio de Janeiro a legislar. A jovem, que mora no município de Quatis, é hoje uma entre os muitos cidadãos que se aproximam dos deputados estaduais para propor projetos de lei. Mais do que ajudar os membros da Casa, a iniciativa destas pessoas ajuda a construir uma realidade mais humana no estado.

O caso de Michelli mostra bem que a realidade, vista de perto, tem mais impacto do que números em uma estatística. A idéia defendida por ela tomou força quando a deputada Inês Pandeló (PT) foi a Quatis fazer uma palestra sobre os direitos da mulher. Na ocasião, o professor de História Hélio Ricardo Pereira Batista, que conhecia a história de Michelli, passou a idéia à deputada, à época presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. “A partir do problema da Michelli percebi que essa era uma necessidade de outras mães e até de avós, que geralmente ficam com seus netos e também não podem voltar a estudar”, defende a parlamentar. A experiência da jovem comprova a teoria da deputada. “Minha professora disse que eu não deveria abandonar o curso. Eu também não queria. Chorei, me senti derrubada, no chão”, conta Michelli. A idéia dela virou projeto de lei, hoje em tramitação na Alerj. Caso seja aprovada, a nova lei incentivará milhares de adolescentes a continuar na escola. “Se a lei já existisse, hoje mesmo eu estaria lá”, garante ela, que hoje cuida da casa e das crianças enquanto o marido trabalha.

Quem também aproveita as idéias dos cidadãos é o líder do PMDB, deputado Paulo Melo. “Eu vivo de sugestões”, afirma o parlamentar. O procurador do Estado Rodrigo Mascarenhas foi um dos colaboradores de Paulo Melo. Mascarenhas, que já era militan-

te do PMDB, procurou o deputado ao idealizar um projeto de lei que determina que as provas orais dos concursos públicos sejam gravadas. “Observamos que muitos candidatos não gravavam a prova, o que os impedia de apresentar recursos”, afirmou o procurador. O peemedebista concordou com Mascarenhas e transformou a idéia do procurador em projeto de lei. “O candidato estuda, se dedica e, às vezes, é reprovado sem saber se foi feito um julgamento justo de seu conhecimento. A gravação é a contraprova”, argumenta o parlamentar. A sugestão do cidadão virou lei: desde 1997, todas as provas orais de concursos públicos são gravadas. Feliz com o resultado de sua iniciativa, Mascarenhas acredita que deu sua contribuição para garantir a lisura e a transparência dos concursos públicos realizados no estado: “Com a lei, o direito do candidato é garantido”.

Iniciativas como as de Mascarenhas e Michelli mostram que a tarefa de legislar não é restrita aos deputados. E nem é preciso conhecê-los pessoalmente para apresentar sugestões. Serviços disponibilizados pela Casa deixam os parlamentares mais próximos dos cidadãos: o link “Linha Direta com os Deputados”, no site da Alerj (www.alerj.rj.gov.br), e o Alô Alerj (0800-220008). “É preciso contato com os eleitores, porque esta relação nos permite atuar segundo as necessidades reais da população”, defende Inês Pandeló.



O publicitário Márcio Mascarenhas ficou cego de um olho e com a visão extremamente prejudicada no outro, ao acender um isqueiro. O aparelho, da marca Cricket, soltou resíduos incandescentes de pedra que causaram catarata traumática. O acidente ocorreu em novembro de 2001, e até hoje o processo contra a multinacional corre na Justiça. Márcio procurou a Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor da Alerj, para alertar quanto ao perigo que os isqueiros podem representar aos consumidores. O projeto, de autoria da presidente da comissão, Cidinha Campos (PT), obriga que os aparelhos tenham rótulos com advertências tais como “acenda longe do rosto e roupas” e “contém gás inflamável”. Márcio cobra da Cricket uma indenização. A deputada garante: “Ele vai ganhar. É líquido e certo”.

ta ser eleitor, tem que participar

Indignado com o corte de energia elétrica em vésperas de feriados e finais de semana, quando a luz só é religada na segunda ou terça-feira, Adeilton da Silva Santos, 32 anos, procurou o deputado Glauco Lopes (PSDB). “Este é um serviço essencial. Precisamos pensar nos alimentos que estão na geladeira e podem estragar, nas crianças que podem precisar de um nebulizador”, argumenta o parlamentar, que apresentou projeto de lei defendendo a idéia. “As concessionárias de energia elétrica deveriam tratar cada caso separadamente, e ter plantão para religar a luz”, sugere Lopes. Adeilton, que torce para que o projeto seja aprovado, hoje trabalha com o deputado. “Sugerir leis é uma forma de cumprir o meu dever como cidadão e somar à democracia”, afirma.



Então estudante e membro do grêmio da Cefet Química de Nilópolis (CefetQ), Marcelo Perón sugeriu e acompanhou todo o processo de criação da lei que beneficia mais de seis milhões de pessoas: a Lei do Passe Livre. Ela isenta do pagamento de tarifas de ônibus intermunicipais os estudantes do ensino fundamental e médio e idosos. No início de 1999, Marcelo deixou uma carta na caixa postal de cada um dos 70 deputados da Alerj. O deputado Carlos Minc (PT), em parceria com o então deputado, hoje senador, Sérgio Cabral Filho (PMDB), acreditou na lei. “Além de combater a evasão escolar, é um reconhecimento da sociedade aos idosos”, defende Minc. Marcelo conta que 80% dos alunos da CefetQ eram de fora do município de Nilópolis, o que significava tarifas de ônibus caras. “A aprovação da lei foi um aprendizado. Serviu para os meus filhos perceberem que, se eles tiverem vontade e garra, podem conquistar o que querem”, afirma Marcelo. Após ter sido contestada diversas vezes na Justiça, em 2004 a lei recebeu o reforço de uma mensagem do Executivo aprovada na Casa, que criou o fundo de custeio para a gratuidade e ampliou o benefício para portadores de deficiência e de doenças crônicas.



Iniciativa popular é direito constitucional

Para defender sua idéia, o cidadão tem outros caminhos, além do contato com os deputados. A Constituição Estadual garante o direito à participação popular na criação de leis. Para que um projeto de lei de um cidadão comum passe a tramitar na Casa, é necessário que o texto seja subscrito por, no mínimo, 0,2% do eleitorado do estado, distribuídos em 10% dos 92 municípios que compõem o território fluminense. De acordo com o sub-chefe

de gabinete da Secretaria Geral da Mesa Diretora, Emil Moreira, nenhum projeto de iniciativa popular direta tramita na Casa, no momento. Além disso, a população pode optar pela realização de plebiscitos, a fim de decidir questões importantes para o estado. Para isto, é preciso que a proposta seja fundamentada por 5% dos eleitores.

A iniciativa popular também está garantida pela Constituição Federal, tanto para leis federais quanto para leis

municipais. No primeiro caso, a proposta tem de ser enviada à Câmara dos Deputados, assinada por 1% do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco estados – e cada um deve contar com as assinaturas de, pelo menos, 0,3% dos eleitores. Já criar uma lei municipal através da iniciativa popular é mais simples: para enviar propostas a uma Câmara Municipal, o texto deve ser endossado por pelo menos 5% do eleitorado da cidade.

EM DEBATE: LIMITES DO MARKETING POLÍTICO

HELONEIDA STUDART

DEPUTADA ESTADUAL PELO PT

Ater-se às fronteiras

Augusto Carazza



Marketing pode ser uma atividade boa para afirmar que uma rosa é uma rosa, que algumas delas têm a cor da madrugada e que cada pétala vale como prova da existência de Deus. É bom haver marketing que divulgue as excelências do livro do José Saramago *Ensaio sobre a Lucidez* e até mesmo para apreçoar o botequim que vende o melhor bolinho de bacalhau.

No entanto, não se pode negar que o marketing vem extrapolando seus limites, quebrando todas as fronteiras da sensatez e da veracidade.

Vamos começar a falar de suas principais vítimas, as mulheres. Todo dia é proclamado um novo produto para emagrecer. Em forma de suco, sopa, pílula, o que for. Ansiosas para ficarem parecidas com as magricelas-modelos, as mulheres compram tudo, para depois verificar que era tudo embromação. As gordurinhas insistem, não desistem. O mesmo acontece com aparelhos, cintas mágicas, gerinçõas de vários tipos e modelos que a publicidade garante, mostrando sempre as usuárias, antes e depois. E o que dizer dos produtos de beleza que vão nos rejuvenescer a todas? Estão fazendo propaganda enganosa até nas novelas de tevê. Pele de flor só aos 20 anos.

O marketing anda cometendo cada vez mais pecados, e se for na área da propaganda política, então, nem se fala.

“A toda hora, o marketing está nos vendendo gato por lebre”

Aparecem corruptos que acumularam patrimônios imensos no exercício da política podre, apontando o dedo para um novato que fez uma incursão no território deles e pedindo os raios do céu para o pecador. Aparecem latifundiários, que odeiam criancinhas remelentas, beijando criancinhas remelentas. Surgem grão-senhores do poder, que fizeram filho fora do casamento e jamais registraram esse filho, pedindo “respeito à família brasileira”.

Aparecem latifundiários, que odeiam criancinhas remelentas, beijando criancinhas remelentas. Surgem grão-senhores do poder, que fizeram filho fora do casamento e jamais registraram esse filho, pedindo “respeito à família brasileira”.

A toda hora, a todo momento, o marketing está nos vendendo gato por lebre. Atividade necessária no mundo moderno (acho até que por falta de marketing se perde o melhor da literatura brasileira, o melhor da música e o melhor do teatro), a propaganda precisa ficar dentro das suas fronteiras. E ultrapassar essas fronteiras é garantir qualidades a sabonetes ou a homens que não as têm.

GLAUCO LOPES

DEPUTADO ESTADUAL PELO PSDB

Limites para tudo

Augusto Carazza



A propaganda, que antes vendia apenas produtos, hoje vende políticos. Daí a hipervalorização deste recurso, que está sendo vendido a preço de ouro pelos marqueteiros. Contrariando todo e qualquer manual de publicidade, candidatos com ideologias fictícias são eleitos. Foi assim nas duas últimas eleições ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Os marqueteiros vestiram no ex-governador o uniforme de “melhor prefeito do Brasil”, uma mentira tantas vezes repetidas que acabou virando verdade na cabeça das pessoas. Um desastre que até hoje sentimos os efeitos colaterais.

A propaganda gerou tamanha necessidade que só em 2004 o Governo do estado gastou cerca de R\$ 100 milhões. Será mesmo que “o estado do Rio está dando a volta para cima”? É o marketing do espetáculo!

Os números assustam, quando o assunto é marketing político. De acordo com um estudo do professor da USP Gaudêncio Torquato, tendo como base as campanhas dos principais candidatos à Presidência em 2002, 29% do dinheiro gasto em uma campanha eleitoral são destinados à produção de peças de propaganda para rádio e televisão; 23% para outdoors, brindes e cartazes; 22% para funcionários e cabos eleitorais; 9% para showmícios, 3% para telemarketing; 2% para alimentação e aluguel de comitê e 1% para pesquisas de opinião.

“Os números assustam quando o assunto é marketing político”

Durante uma campanha eleitoral, o trabalho de marketing é capaz de forjar nos candidatos qualidades que eles, mais tarde, provam não ter. Fernando

Collor acreditou que se sustentaria à base de vôos em aviões de caça caça e passeios de jet-ski. Lula foi mais longe, ao “vender” em sua campanha projetos sem conteúdo, como o Fome Zero.

Quem nunca ouviu a frase: “para tudo na vida existe um limite”? Não estou aqui rejeitando a propaganda, ela tem sua função que é realçar as qualidades e propostas do candidato. Seu papel é fundamental para ajudar o eleitor a definir seu voto. Como afirmou o filósofo Karl Popper, “a democracia é um sistema que, se não garante a escolha dos melhores, impede que os piores se perpetuem no poder”.

Empresas públicas sob investigação

COMISSÃO DO LIXO QUER AVALIAR TAMBÉM CONTRATOS FIRMADOS POR ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE COLETA DE LIXO



Ely Patrício e José Bonifácio divergem sobre a transição da comissão especial para CPI

CLARISSE BRETAS

Além dos contratos de terceirização de coleta, a Comissão Especial do Lixo da Alerj vai analisar também contratos firmados por empresas municipais de recolhimento de lixo. A decisão foi anunciada no último dia 6, pelo presidente da comissão, deputado José Bonifácio (PDT). O objetivo dos parlamentares é investigar a lisura desses contratos, firmados por empresas públicas com fornecedores e prestadores de serviços em geral. A análise dos documentos referentes a esses contratos, firmados na gestão passada por prefeituras como a de Nova Iguaçu, também será feita através de sorteio entre os membros da comissão.

Os deputados anunciaram, ainda, que o relatório final da CPI do Lixo, realizada pela Câmara Municipal de Belford Roxo, na Baixada Fluminense, servirá de base para as investigações da comissão estadual. “Isto será fundamental para dar continuidade ao que aquela comissão começou”, disse o pedetista, lembrando que os vereadores passaram a se sentir acuados após a morte de seu colega Albertino Guedes (PSC), em agosto. Guedes era o relator da CPI municipal.

A votação do relatório final da CPI de Belford Roxo estava prevista para acontecer no próprio dia 6, após a pos-

se do vereador ZZ da Crajubar (PSC), que entrou no lugar do colega na comissão. Como o objetivo é ampliar as apurações, o deputado Ely Patrício (sem partido), vice-presidente da comissão da Alerj, voltou a defender que o trabalho em curso na Casa deveria estar sendo feito por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), e não por uma Comissão Especial. “A Comissão Especial do Lixo acompanha, não investiga”, criticou o parlamentar. Para o presidente da comissão, porém, a mudança não é necessária. “Não precisamos transformar a nossa comissão em CPI porque os municípios têm colaborado no envio das documentações”, ponderou.

A comissão discutiu, ainda, denúncias de irregularidades no sistema de coleta de lixo do município de São Gonçalo, publicadas no jornal *Metrocar*. De acordo com Bonifácio, a matéria será arquivada e anexada às informações que forem enviadas pela prefeitura da cidade. A previsão é que a comissão da Alerj vote um relatório preliminar de seus trabalhos no dia 18 de outubro. Na ocasião, os parlamentares pretendem pedir a prorrogação do prazo que a comissão tem para acompanhar as irregularidades. Se a solicitação for negada, a comissão terá até o dia 26 de outubro para aprovar o relatório final.

CURTAS

Pelo desarmamento

O presidente da Comissão Pró-Desarmamento da Alerj e representante parlamentar no estado da Frente Brasil sem Armas, deputado Leandro Sampaio (PMDB), lançou, no último dia 5, em Petrópolis, a campanha pelo “Sim” no referendo que vai decidir se o comércio de armas deve ser proibido no Brasil, a ser realizado no dia 23 de outubro. No dia 15, a mesma campanha será lançada em Teresópolis. O objetivo é que o movimento seja divulgado em todo o estado.

Metas do milênio

“Questões Metropolitanas: violência” é o tema do sétimo debate do Ciclo das Metas do Milênio, organizado pela Escola do Legislativo Fluminense, no dia 15, às 14h, no Auditório Senador Nelson Carneiro. O encontro terá como debatedores o secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Correia, a coordenadora do Programa de Segurança e Justiça do Pnud, Maristela Marques Baione, e a coordenadora da Infância e Juventude da Defensoria Pública, Simone Moreira. A mediação ficará a cargo da representante do Observatório Urbano do Estado do Rio de Janeiro, Márcia Lopes.

Reconhecimento

O Prêmio Alerj Empresa Eficiente Parceira da Pessoa Deficiente está recebendo inscrições até o dia 16 de outubro, através do Disque PPD (0800 255 5005), ou no gabinete T.03 do Palácio 23 de Julho. A iniciativa é da deputada Georgette Vidor (PPS), presidente da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência, e tem como objetivo reconhecer as empresas e concessionárias do estado que contratam portadores de necessidades especiais, contribuindo para o seu aprimoramento profissional.

ENTREVISTA NELSON ALVARENGA FILHO

SUPERVISOR-GERAL DO ALÔ, ALERJ

'Valorizamos o bem da população'

Mariana Magro

AUGUSTO CARAZZA

Os números impressionam. O Alô, Alerj (0800-220008), serviço criado pela Casa em 2001 para dar voz aos cidadãos fluminenses, já recebeu mais de 157 mil ligações, uma média de quase 39 mil por ano. Designado para supervisionar o setor, Nelson Alvarenga Filho, 45 anos, explica os critérios que adota no trabalho: "Aqui valorizamos denúncias que sejam positivas para a população. Não aceitamos reclamações de pessoas que querem usar o serviço para prejudicar outras". Segundo ele, a maioria das ligações – quase 80% – são relacionadas às questões de defesa do consumidor. Mas isso não afasta a possibilidade de casos comoventes, como o encontro entre um jovem e sua mãe, afastada dele há 20 anos. "Casos como o do encontro da mãe, Tereza Carneiro, e de seu filho Marcelo, ocorrido em 2003 através do Alô Alerj, são raros. Mas, nesses momentos, vemos que nosso trabalho vale a pena", comemora.

O que levou à criação do Alô, Alerj?

O ex-presidente da Alerj, atual senador Sérgio Cabral Filho (PMDB), teve a idéia de criar um canal entre a Assembleia e a sociedade. Queria que as leis elaboradas e aprovadas pela Casa fossem cumpridas, e nada melhor que um sistema que abrisse espaço para as exigências e reclamações da população. O melhor é que o serviço está cada vez mais sólido, crescendo a cada dia. Em quatro anos de funcionamento, chegamos ao total de 157.320 ligações e, até agosto de 2005, já temos 38.923 chamadas. Provavelmente, bateremos o recorde de 2004, que foi de 46.090 ligações.

Como é supervisionar este setor?

Pessoalmente, sinto-me bem ao liderar uma equipe de trabalho que ajuda a população a resolver seus problemas.



Conto com o apoio de quatro estagiários, dois profissionais para triagem e 20 pessoas para o atendimento ao telefone, que se revezam em dois turnos de seis horas, já que nosso horário de funcionamento vai das 8h às 20h. Depois de dois anos em uma sala improvisada no Palácio Tiradentes, ganhamos um

"Sinto-me bem ao liderar uma equipe que ajuda as pessoas"

espaço no Palácio 23 de Julho, e estamos nos preparando para outra mudança, desta vez para o novo prédio da Alerj, com melhor infra-estrutura.

E como é o teor das reclamações? Chegam a ser ofensivas?

É, temos que ter muito cuidado com isso. Muitas vezes, chegam reclamações com caráter muito duvidoso. Algumas pessoas, em vez de fazerem suas contestações para o bem coletivo, usam

o Alô, Alerj simplesmente para prejudicar outras. Por isso, tomamos muito cuidado com este tipo de denúncia, fazendo uma seleção rigorosa para que o grupo seja beneficiado, e não apenas uma pessoa.

A página da Alerj na Internet disponibiliza um link para que a população entre em contato com a Casa. Houve, ao longo desses quatro anos, um crescimento no seu uso?

A Internet é cada vez mais importante para estreitar os mecanismos de comunicação. E, ao longo do funcionamento deste serviço, percebemos um aumento gradativo de denúncias que chegam por ela. Porém, ainda é pouco, se compararmos com o sistema 0800. As pessoas que mais ligam pertencem às classes C, D, E – as mais necessitadas – e, provavelmente, não têm acesso a esta ferramenta tecnológica.

E fora da Alerj, quais são suas atividades preferidas?

Não sou nenhum atleta, que regularmente faz exercícios, mas curto jogar partidas de futebol e fazer caminhadas.